Câmara aprova convocação de Ibañez

DF - Educação
PATRICIA MOTTA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa deu parecer favorável ao requerimento do deputado Tadeu Filipelli, líder de PMDB na Câmara, que convocou o secretário de Educação, Antônio Ibañez, para esclarecer os motivos do atraso de mais de 30 dias do início do ano letivo de 1997. A rede pública de ensino tem 530 mil alunos e 15 mil deles ainda esperam pelo início das aulas por falta de professor em diversas escolas.

O secretário de Educação tem 30 dias para se apresentar à Comissão e esclarecer os motivos do atraso, caso contrário poderá responder por "crime de responsabilidade", segundo informou Tadeu Filipelli. Até a noite de ontem, o secretário ainda não havia recebido um comunicado oficial da convocação, mas já se colocou à disposição da Comissão de Constituição e Justiça. "Terei muito prazer em comparecer e poder explicar pessoalmente à CCJ os problemas da rede pública de ensino. Estou aguardando a convocação", afirmou Antônio Ibañez.

A falta de professores é o principal motivo do atraso do reinício das aulas e, de janeiro até agora, já foram contratados mais de cinco mil profissionais entre temporários e concursados. A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) terá que contratar ainda perto de mil professores para normalizar a carência e atender aos alunos da rede pública de ensino que estão sem aulas.

Mas para o deputado Tadeu Filipelli o problema não se resume à falta de professores: "Soma-se a isso o descaso cometido contra esses profissionais, tanto na questão do remanejamento interno dos professores quanto nos procedimentos de contratação temporária", atacou.

No início desta semana o Juizado da Infância e da Juventude despachou uma notificação judicial determinando o início das aulas até o começo da próxima semana. De acordo com os promotores do Juizado, a Fundação está violando o direito fundamental à educação, previsto na Constituição Federal.

27 MAR 1997

JORNAL DE BRASÍLIA